

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.163.375 - SP (2017/0219258-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : SEBASTIAO ASTOLFO PIMENTA FILHO
ADVOGADOS : SEBASTIAO ASTOLFO PIMENTA FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA)
E OUTROS - SP141089
NADIR APARECIDA CABRAL BERNARDINO
AGRAVADO : BANCO FIBRA SA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC.** ALEGAÇÃO DE PRECLUSÃO DE PERÍCIA TÉCNICA DETERMINADA PELO JUÍZO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE TODOS OS PRECEITOS LEGAIS ARROLADOS. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. PRETENSÃO RECURSAL DEFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso, pode-se aferir que SEBASTIÃO ASTOLFO PIMENTA FILHO (SEBASTIÃO) iniciou cumprimento de sentença contra BANCO FIBRA S.A. (BANCO).

BANCO impugnou os cálculos apresentados por SEBASTIÃO.

Foi proferida decisão determinando a produção de prova pericial e intimando BANCO para efetuar o depósito do perito.

Tendo sido efetivado o depósito dos honorários do perito, SEBASTIÃO alegou preclusão temporal para realização da prova pericial.

O juiz singular rejeitou a alegação sob o fundamento de que a produção da prova foi determinada pelo próprio juízo.

Inconformado, SEBASTIÃO interpôs agravo de instrumento assim apreciado:

Ação em fase de cumprimento de sentença. Perícia contábil determinada pelo próprio juízo. Atraso no depósito judicial dos honorários periciais. Ausência de preclusão temporal para a realização da prova pericial, pois se trata de perícia determinada pelo juízo. Decisão mantida. Recurso desprovido (e-STJ, fl. 166).

SEBASTIÃO apresentou recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, onde alegou violação dos arts. 125, 139 e 223 do NCPC e dissídio jurisprudencial ao argumento de que se a parte deixa de produzir determinada prova requerida não realizando o pagamento dos honorários, ocorre a preclusão temporal.

Sem contrarrazões.

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a alegada vulneração dos preceitos arrolados; (2) incidir a Súmula nº 7 do STJ.

SEBASTIÃO ingressou com agravo em recurso especial onde reitera a fundamentação já exposta no recurso, afirmando, por fim, não incidir a Súmula nº 7 do STJ.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não prospera.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da violação dos arts. 125, 139 do NCPC

No ponto, observa-se que os preceitos citados não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, ressentindo-se do necessário prequestionamento, pressuposto inafastável ao conhecimento do apelo nobre.

Acrescente-se, que é exigência contida na própria previsão constitucional de interposição do recurso especial que a matéria federal tenha sido decidida em única ou última instância.

Não basta à parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende infringido. É imprescindível que a Corte recorrida tenha emitido juízo de valor sobre o

referido preceito, o que não ocorreu na hipótese examinada.

No caso, incidem as Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

(2) Da alegada preclusão temporal- art. 223 do NCPC

No ponto, observa-se que a insurgência está sustentada no fundamento de que (1) a desobediência á ordem judicial é ato atentatório à dignidade da justiça, não se tratando, no caso da lide, de mero atraso mas de verdadeiro descaso com o judiciário; (2) o BANCO recorrido não deu nenhuma explicação para o atraso do depósito dos honorários do perito; (3) se a parte deixa de produzir determinada prova requerida não realizando o pagamento dos honorários, ocorre a preclusão temporal

No entanto, o acórdão estadual repeliu a alegada preclusão nos seguintes termos:

No caso, o atraso no depósito judicial dos honorários periciais não tem como consequência a preclusão temporal, como alegado pelo agravante.

Isso porque, conforme bem analisado pelo d. Juiz de Primeiro grau:

“(...) as alegações da parte autora no tocante à preclusão da prova pericial não podem ser acolhidas. Atente-se que a pericial contábil foi determinada pelo juízo (vide folhas 618), não requerida pelo réu. O que ocorreu foi a atribuição ao réu do pagamento da verba da perita, insurgindo-se ele quanto a isso, mas a Egrégia Instância Superior manteve a decisão de piso quanto a isso (fls. 624/631 e 639/647).

Superada a questão, determinou-se ao réu o recolhimento dos honorários periciais (folhas 658), decisão essa não recorrida, o que foi feito pelo réu (folhas 661/663), seguindo-se a perícia. Assim, vez que a perícia foi determinada pelo juízo, não há que se falar em preclusão do trabalho técnico. Aliás, trabalho realizado pela profissional imparcial e necessário para o caso concreto, pois as partes apresentaram valores distintos, enfim, não se entendem. E necessário era porque, apesar da possibilidade de se apurar o valor do crédito com meros cálculos aritméticos, desnecessária, assim a fase de liquidação, as partes não conseguiram chegar a um número comum, cada qual apresentando valor que lhe era favorável. Em tal situação, somente a imparcialidade para resolver. Superado isso, acolho o laudo da perita do juízo, pois efetuado em conformidade com o julgado, ausente impugnação especificada de quaisquer das partes, inclusive, com concordância expressa do réu (folhas 683). E apenas para esclarecer, equivocado o cálculo do autor, pois

atualizou o montante das prestações que tem a receber não desde cada vencimento, como consta no julgado, mas englobadamente e desde abril de 2010, o mesmo termo inicial para os juros, o que não reflete o comando judicial e aumenta o valor. Ainda, fez incidir correção no valor referente aos danos morais desde abril de 2010, quando o julgado determina desde a sentença (10.09.2013). Assim, homologo o laudo pericial para que se adote o valor nele apurado como o correto atentando-se que a expert apurou que há crédito em favor do réu no montante de R\$ 14.320,46, após efetuada a compensação (...)” [fls. 59].

Verifica-se, então, que se trata de mero atraso no depósito judicial para o pagamento da realização da perícia determinada pelo próprio juízo e não pela parte.

Assim, não há que se cogitar de preclusão temporal na realização da perícia determinada pelo d. Juiz de Primeiro grau e necessária para se encontrar o exato valor devido (e-STJ, fls. 167/169).

Como se pode observar do arrazoadado desenvolvido no apelo especial e da fundamentação do aresto combatido, o recorrente SEBASTIÃO não impugna o real fundamento do acórdão para afastar a alegada preclusão, ou seja, que esta não ocorreu porque a perícia foi determinada pelo juiz para formar a sua convicção, e não requerida pelo BANCO recorrido.

Na verdade, SEBASTIÃO apresentou motivação genérica e colacionou precedentes que não servem à demonstração do dissídio jurisprudencial invocado, ficando configurada nesse passo, a deficiência de sua fundamentação recursal a atrair a aplicação da Súmula nº 284 do STF.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator